

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.763 - SP (2019/0156782-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : JAQUELINE SILVEIRA DA SILVA (PRESO)
AGRAVANTE : MONICA ELOISA DE LIMA OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO BORTOLUCCI BAGHIM - DEFENSOR PÚBLICO - SP0258060
AGRAVANTE : ALEXANDRE CIRILO DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DOUGLAS MOTTA DE SOUZA - SP322366
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. RECURSO INEXISTENTE. SÚMULA 115/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **JAQUELINE SILVEIRA DA SILVA** contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado em face de acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 637):

"TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - Materialidade e autoria demonstradas. Depoimentos dos policiais firmes, coesos e em consonância com as demais provas dos autos. Negativa isolada dos réus. Demonstração do tráfico e do vínculo associativo estável e perene, voltado à prática desse delito. Apreensão de significativa quantidade e variedade de drogas, além de interceptações telefônicas, balanças de precisão, celulares e petrechos - Participação de menor importância. Impossibilidade. Atuação eficaz na execução do tráfico - Condenação que se impõe.

PENAS e REGIME DE CUMPRIMENTO - Penas acima dos mínimos legais. Quantidade de drogas - Redução pela menoridade relativa de Alexandre e confissão espontânea quanto ao tráfico de Jaqueline - Negativa de aplicação do redutor do § 4º, do art. 33, da Lei de Drogas - Regime inicial fechado - Negativa da substituição do artigo 44 do CP - Apelo de Jaqueline

desprovido, recurso ministerial provido para condenar todos os acusados nos crimes dos artigos 33, caput e 35, caput, da Lei de Drogas."

Nas razões do recurso especial (fls. 688/692), interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da Constituição da República, a Defesa sustenta, além da ocorrência de divergência jurisprudencial, violação aos artigos 1ª, §7º, da Lei n. 9.455/97 e 2º do Código Penal. Pleiteia o direito de recorrer em liberdade e aponta contrariedade ao princípio constitucional da presunção de inocência. Ademais, requer a reforma do julgado para que seja absolvida ou para que haja redução da reprimenda.

Apresentadas as contrarrazões (fls.747/770), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na incidência da **Súmula 115/STJ**. (fl. 812).

Nas razões do agravo (fls. 897/900), postula-se o processamento do recurso especial, haja vista *"que a ausência de procuração é mera irregularidade, facilmente sanável"*. (fl. 900).

O Ministério Público Federal, em seu parecer, manifestou-se pelo **desprovemento** do agravo em recurso especial (fls. 979/987), conforme a seguinte ementa:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. 03 (TRÊS) AGRAVOS EM RECURSOS ESPECIAIS DE RÉUS, CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DAS DECISÕES IMPUGNADAS. PEDIDOS ABSOLUTÓRIOS E REVISIONAIS DE PENAS DESCABIDOS. VEDADO REEXAME DE FATOS E DE PROVAS (SÚMULA Nº 7 DO STJ). DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL QUE NÃO PERMITE A EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA (SÚMULA/STF Nº 284). DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. PARECER pelo **CONHECIMENTO e pelo **DESPROVIMENTO** dos agravos em recursos especiais."**

É o relatório.

Decido.

O presente agravo não merece ser conhecido.

Incide à espécie a **Súmula 115/STJ**, segundo a qual *"na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos"*.

Isto porque, muito embora conste determinação por parte do eg. Tribunal **a quo** para que se procedesse à regularização processual (fl. 780), não há nos autos a procuração outorgando poderes ao advogado, Dr. **Ulisses Marcelo Tucunduva** (OAB/SP 101.711).

Como bem ressaltado pelo eg. Tribunal bandeirante, ao não conhecer do recurso especial, *"o advogado subscritor do recurso, Dr. Ulisses Marcelo Tucunduva, intimado a apresentar procuração (fls. 739 e 741/742), ficou-se inerte, não possuindo, assim, poderes para representar a ré"* (fl. 812).

Assim, ainda que eventualmente estivesse a procuração ou o respectivo substabelecimento em autos apensos, deveria a parte, quando da interposição de recurso especial, juntar cópia do instrumento de mandato ou apresentar nova procuração, o que não se deu, na hipótese, motivo pelo que deve ser mantida a incidência da **Súmula 115/STJ**.

Nesse sentido:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL NÃO DEMONSTRADA, MESMO APÓS INTIMAÇÃO DA PARTE. ARTIGOS 76 E 932, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC. SÚMULA 115 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos da Súmula 115 do STJ, *"na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos"*.

2. No caso em tela, mesmo após intimação da parte, nos termos dos artigos 76 e 932, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015, não houve a regularização da representação processual, sendo escorreito o não conhecimento do agravo em recurso especial.

3. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp

n. 1.145.425/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 12/09/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO E DE RECURSO ESPECIAL POR ADVOGADOS SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Nos termos da Súmula 115 do STJ, Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos.

2. A regularização da representação processual é dever do recorrente, cabendo à parte interessada juntar cópia do instrumento procuratório ou de novo mandato no ato da interposição do recurso especial.

*3. Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória pleiteada pelo Ministério Público, determinando o imediato cumprimento da pena imposta ao agravante, delegando-se ao Tribunal local a realização dos atos executórios, a quem caberá a expedição das respectivas guias" (AgRg no AREsp n. 827.327/PR, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 01/08/2017).*

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do agravo em recurso especial.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator